

## JOVENS E IDOSOS NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR. IMPASSES E MOTIVAÇÕES PARA SUA PERMANÊNCIA NO CAMPO<sup>1</sup>

Alice YatiyoAsari<sup>2</sup>

Ruth Youko Tsukamoto<sup>3</sup>

### Resumo

O campo brasileiro tem vivenciado gradativo esvaziamento desde a década de 1970, cuja população tem se dirigido para os centros urbanos e para as fronteiras agrícolas. Tendo esse fato como balizador, o artigo tem como objetivo analisar os impasses e as motivações para a permanência de jovens e idosos no campo. Tem-se como recorte espacial a microrregião geográfica de Faxinal e as unidades de produção familiar. Questões sobre a continuidade da atividade agrária por parte da juventude rural e o papel dos aposentados na fixação dos produtores são apresentadas, verificando-se ainda o papel das políticas públicas na melhoria da renda e das condições de sobrevivência desse segmento produtivo.

**Palavras-chave:** jovens e idosos no campo, agricultura familiar, políticas públicas.

## YOUNG AND ELDERLY IN UNITS OF PRODUCTION FAMILY. IMPASSES AND REASONS FOR YOUR STAY IN FIELD

### Abstract

The Brazilian countryside has experienced a gradual deflation since the 1970s, whose population has led to urban centers and agricultural frontiers. Having this as the yardstick, the article aims to analyze the impasses and the motivations for staying young and old people in the field. Has spatial area as the microrregião geográfica-Faxinal and family production units. Questions about the continuity of agrarian activity on the part of rural youth and the role of retirees in the setting of producers are presented, still verifying the role of public policy in improving income and living conditions of the productive sector.

**Keywords:** young people and elderly in the countryside, family agriculture, public policy.

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa faz parte da pesquisa mais ampla denominada "Permanência/resistência e a ação do Estado: o produtor familiar da Microrregião Geográfica de Faxinal-PR", coordenada pela prof<sup>a</sup>dr<sup>a</sup> Ruth Y. Tsukamoto.

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Londrina – [yasari@uel.br](mailto:yasari@uel.br).

<sup>3</sup> Universidade Estadual de Londrina – [ruthyouko@hotmail.com](mailto:ruthyouko@hotmail.com)

## Introdução

O campo brasileiro tem apresentado um esvaziamento de sua população, como se constata nos números dos censos demográficos: de 55% em 1950 a 16% em 2010. Essa situação vem se acentuando e, gradativamente, configura-se um Brasil urbano, vivenciando transformações e problemas. Os núcleos urbanos necessitaram prover essa população saída do campo de empregos, habitações, escolas, serviços de saúde, dentre as principais. Em não conseguindo suprir essas necessidades sempre crescentes, problemas como a violência, a insegurança, a miséria passaram a fazer parte do cotidiano de milhões de pessoas. Esses fatos têm sido objeto de discussões, de pesquisas, de ações tanto do poder público como do privado, buscando minimizar essa situação que tem penalizado, principalmente, os que foram “liberados” do campo e não tiveram o adequado preparo para as ocupações urbanas, tampouco, escolaridade e experiência que lhes permitisse a rápida absorção pelos postos de trabalho citadinos.

No entanto, esse não será o enfoque do presente artigo, apesar de sua enorme relevância, pois se pretende fazer uma abordagem da permanência de jovens e idosos no campo e, destes, os que residem, trabalham em unidades de produção familiar.

Neste artigo, utilizou-se a definição de agricultor familiar da FAO (1992) em que este é balizado pelo trabalho e gestão do processo produtivo. Estes são realizados diretamente pelo proprietário, dando-se ênfase na diversificação da produção, buscando-se a conservação dos recursos naturais e a melhoria de qualidade de vida. Caso haja necessidade de complementar os rendimentos, pode-se ter o salário assalariado, e as decisões são tomadas de forma imediata, atendendo os imprevistos do processo produtivo e as suas especificidades.

Baseado nessa definição, o Ministério do Desenvolvimento Agrário definiu essa categoria de produtor como beneficiário de programas, como por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), acrescentando como critérios de inserção, os proprietários ou não de terras com até quatro módulos fiscais. Esse programa foi implantado na década de 1990. Há que se observar que, tendo o PRONAF possibilitado o financiamento aos denominados

“pequenos”, outros programas complementares com o objetivo de adquirir os produtos da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foram criados na década de 2000. Tais programas, além de auxiliar na comercialização dos produtos, passaram a impactar setores da sociedade que vivem em situação de insegurança alimentar, amenizando o quadro de pobreza que se apresentava.

Assim, num cenário de esvaziamento do campo, na implementação de políticas governamentais de apoio à agricultura familiar, destacar-se-á a permanência ou não de jovens e idosos nessas unidades de produção familiar.

Esses dois extremos de faixa etária estão sendo objeto de estudo por comportar duas realidades distintas: (1) os jovens que buscam ter uma vida menos penosa, mais valorizada, com menos dificuldades; e (2) os idosos que labutaram a vida toda nos árduos trabalhos do campo e recebem a aposentadoria rural, muitas das vezes, tendo um rendimento mensal monetário que representa a única renda da família que não sofre a interferência dos eventos climáticos, das dificuldades de mobilidade, dos preços de venda, da ação dos intermediários.

### **Procedimentos metodológicos**

Quanto à metodologia utilizada, destacam-se duas facetas: (a) a metodologia de análise, que é o resultado de leituras, discussões dos referenciais teóricos elaborados por estudiosos do tema e que subsidiou as análises das pesquisas empíricas; (b) a metodologia de pesquisa, que abrange a parte operacional do trabalho, tanto as de gabinete quanto as de campo, como por exemplo, com a sistematização dos dados coletados.

Foram entrevistados 36 agricultores familiares da microrregião geográfica de Faxinal, localizado no norte do Paraná, os quais foram questionados sobre temas relativos à sua propriedade, à sua família e as relações com os programas destinados ao campo.

### **Bases teóricas**

A questão dos idosos e dos jovens que residem e trabalham no campo abrange variadas abordagens e discussões, as quais se iniciam com o acesso aos

benefícios da aposentadoria rural, da longevidade da população, da dependência ou não em relação à família; quanto à juventude rural, a preocupação está na continuidade no campo e a descontinuidade de atividades, pois os meios de comunicação, o acesso aos estudos, à tecnologia têm atraído os jovens para a cidade.

No que se refere à aposentadoria rural, a Constituição Federal de 1988 (art. 194, parágrafo 8), permitiu o acesso à previdência social universal, ou seja, homens e mulheres usufruem os mesmos direitos. Asari e Tsukamoto (2012), ao tratar do aposentado rural, consideram que esse benefício tem apresentado desdobramentos interessantes, pois, além dos trabalhadores assalariados, foram contemplados os produtores familiares, propiciando um rendimento mínimo, porém, de recebimento mensal “seguro”, sem as interferências do clima, do preço do produto à venda, da ação dos intermediários, vislumbrando-se uma velhice com recursos (mesmo que de pequena monta) para fazer frente à subsistência diária, à aquisição de medicamentos e, muitas vezes, à ajuda na manutenção da unidade de produção familiar.

Outra questão deve fazer parte das reflexões sobre a longevidade da população, pois ambos se complementam: ser idoso e ser aposentado. Note-se que o aumento da expectativa de vida ao nascer se deve, em grande parte, ao progresso da medicina, a uma cobertura mais ampla dos serviços de saúde e complementarmente a uma melhoria na qualidade nutricional e da qualidade de vida como um todo. No entanto, esse novo cenário, confirmado pelos dados dos últimos censos demográficos, tem sido visto com preocupação, porque deverá acarretar uma mudança no perfil das demandas por políticas públicas, com desafios tanto para o Estado quanto para a sociedade como um todo e para o grupo familiar.

Nesse sentido, Camarano et al. (1999, p.65), afirmam que

Apesar da participação crescente de entidades não-governamentais, o Estado ainda é o principal ator na assistência aos idosos. A partir da década de 1990, os diversos níveis de governo passaram a estabelecer legislações e programas sociais orientados especificamente a esse subgrupo populacional. Isso, em parte, foi impulsionado pela Constituição de 1988, que dispõe no capítulo da Seguridade Social sobre assuntos sociais relevantes para a população idosa, inclusive a assistência social (art. 203).

Segundo Santos, Lopes e Neri (2007, p. 78), “apesar de tudo, o idoso atual não é completa e incomodamente dependente como propagado por muitos economistas e demógrafos”. Note-se que esse segmento da população vivenciou um período em que a economia brasileira estava favorável, tendo oportunidades de constituir um patrimônio, representado pela aquisição de casa própria e outros bens. Deve-se ainda ressaltar que esse sistema previdenciário, somado à capacidade de poupança dos beneficiários tem se mostrado eficaz na amenização da pobreza entre os idosos, muito mais do que as demais políticas sociais de auxílio aos menos favorecidos.

Observe-se que, na opinião de Delgado e Cardoso Júnior (1999), a previdência rural universal para idosos e inválidos tem cumprido uma função social relevante, uma vez que possibilita criar, no espaço privado familiar, uma revalorização da pessoa idosa, pois a renda da aposentadoria permite a obtenção de condições de subsistência familiar, invertendo o papel de dependentes para participantes efetivos na renda mensal no contexto de sobrevivência das famílias.

Há que se colocar ainda que, segundo Venturi e Bokany (2007, p. 28), houve avanços significativos no tratamento e na forma como são considerados os idosos, apesar de que há um longo caminho a percorrer. Assim,

(...) de modo geral a imagem da velhice é mais negativa do que positiva – mas está longe de ser apenas negativa, sobretudo na perspectiva da população idosa, sem deixar de ser críticos sobre as dificuldades específicas que enfrentam, decorrentes da idade, os idosos brasileiros valorizam mais que os não idosos nos aspectos positivos de sua condição. Tem consciência e denunciam o forte preconceito social e a discriminação contra a pessoa idosa – as várias expressões do desrespeito e da invisibilidade a que muitas vezes são relegados -, mas ao mesmo tempo percebem que ser idoso hoje é melhor do que já foi ser idoso (a) na época em que eram mais jovens. Ou seja, melhorou, mas há muito por fazer. (VENTURI; BOKANY, 2007, p. 28).

Considera-se, portanto, que houve melhorias, mas estas são tímidas na sociedade brasileira, com a grande probabilidade de retrocesso em face do forte crescimento do contingente de idosos no País. Espera-se que haja um constante processo de discussão da questão do idoso (seja em relação aos equipamentos e serviços necessários de ampliação, seja pela relevância de seu papel social na família), que apresente perspectivas que permitam transformar a chamada “terceira

idade” numa etapa de vida em que se possa efetivamente dela usufruir, com dignidade e com novas possibilidades de realização.

Outro ponto a ser considerado refere-se à característica atribuída aos idosos: de “dependentes”, pois são indivíduos com idade superior a certo limite e dependentes por não participarem da produção de bens e serviços para o sistema econômico. Segundo Camarano e El Ghaouri (1999, p. 281),

idéia de dependência está fundamentalmente relacionada à produção/consumo, mas também diz respeito à manutenção (ou não) da saúde, capacidade/incapacidade física e mental, realização ou não de tarefas domésticas, etc. O indivíduo dependente é aquele incapaz de prover, por seus próprios meios, suas necessidades de consumo ou o exercício dessas atividades.

Dessa forma, essa dependência se desenvolve no seio familiar e nas instituições públicas ou privadas. Na primeira, intermediando parte da relação entre o mercado e os indivíduos, já que há uma distribuição dos rendimentos entre os membros do grupo familiar, enquanto na segunda - ao Estado - cabe assegurar o acesso à saúde, cuja demanda cresce com a idade, além de promover uma regularidade no recebimento dos benefícios aos aposentados e pensionistas e a assistência social aos mais necessitados.

Outro aspecto a ser analisado diz respeito às diretrizes e políticas públicas destinadas à juventude rural. Esta é uma preocupação mais recente, pois foi institucionalizada a partir de 2005 com a criação da Secretaria Nacional da Juventude, vinculada à Presidência da República, com o objetivo de elaborar políticas direcionadas para a população jovem.

Em face do enfoque do presente artigo, que trata dos produtores familiares, buscou-se fazer apontamentos acerca das especificidades, dos diferentes papéis, das demandas e das necessidades dessa categoria que se mostra importante para a reprodução social do meio rural no País e fundamental para a permanência no campo, no futuro próximo.

Segundo o Relatório do MDA (BRASIL, 2011), são oito milhões de jovens que vivem em áreas rurais, portanto, potenciais atores do êxodo rural. Há que se observar que as oportunidades de trabalho e construção da autonomia são mais difíceis para esses jovens, pois dependem da continuidade da atividade agrícola, do tamanho da propriedade, dos laços de família, que podem ser elementos de

desestabilização da agricultura familiar, provocando a saída do campo. Além do mais, comparando-se as atividades exercidas no campo e na cidade, esta última lhes parece menos desigual, árdua e rentável, necessitando, portanto da criação, implementação e consolidação de políticas públicas que estimulem a permanência dos jovens no meio rural.

Assim, segundo o Relatório do MDA (2011), o Grupo Temático da Juventude Rural realizou dezoito reuniões com os diversos setores e segmentos para debater o tema, definindo quatro eixos de atuação: (a) acesso à terra; (b) trabalho e renda; (c) educação do, no e para o campo e qualidade de vida; (d) participação e organização política da juventude rural.

Evidenciou-se que, se os quatro eixos forem implementados, não ocorrerá o êxodo rural de jovens, minimizando os efeitos da descontinuidade na sucessão da propriedade e do envelhecimento da população rural. Assim, o Relatório do MDA (2011) considera que a juventude é um sujeito social estratégico na construção do projeto sustentável do País.

Dentre as políticas e ações públicas direcionadas à juventude, destacam-se as seguintes:

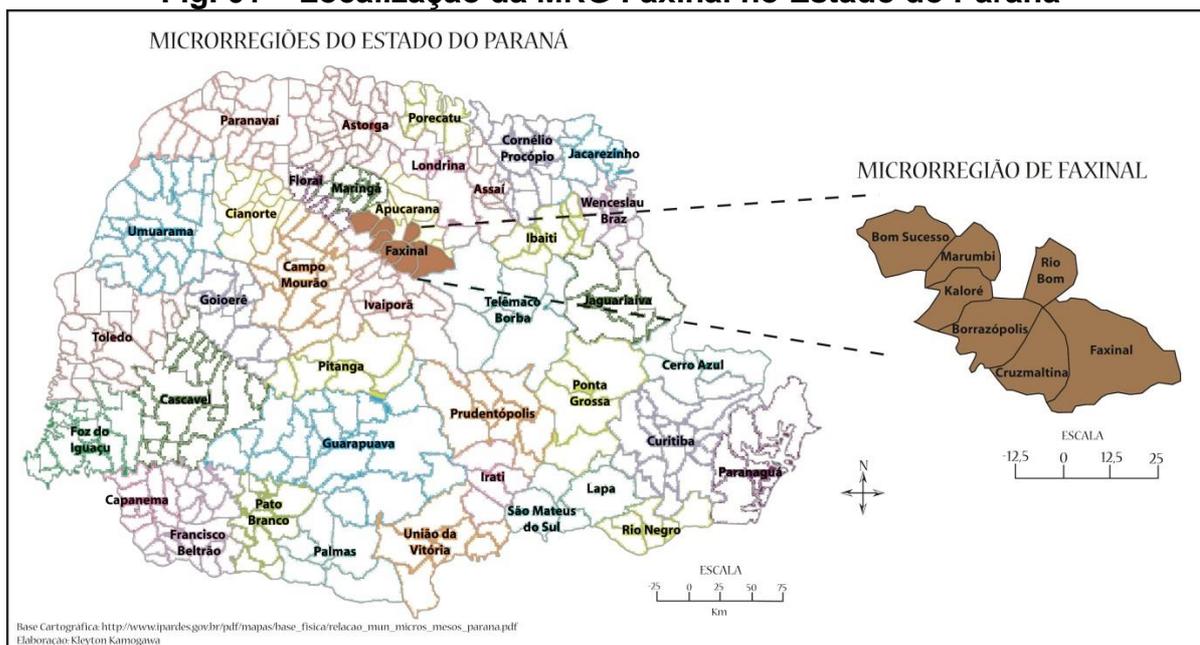
- (a) Territórios Rurais da Cidadania – Comitês de juventude
- (b) Programa Nacional de Crédito Fundiário – Selo Nossa Primeira Terra
- (c) PRONAF- JOVEM
- (d) Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
- (e) Consórcio Rural da Juventude
- (f) Pro-Jovem Campo – Saberes da Terra
- (g) Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude
- (h) Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
- (i) Plano Nacional da Juventude
- (j) Política de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens.

Dessa forma, sabe-se da existência de ações do Estado que contemplam os jovens que vivem no meio rural. Porém, quantos e quais são os que se inserem nessas ações? Como atuar para que o maior número de jovens tenha a possibilidade de se beneficiar desses programas?

## Os resultados da pesquisa empírica

Esta pesquisa tem como recorte espacial a microrregião geográfica de Faxinal, que se localiza no norte do Paraná e é constituída por sete municípios, cuja população varia de três a dezesseis mil habitantes e uma população rural que representa de 19% a 52% da população dos municípios. (Fig. 01)

**Fig. 01 – Localização da MRG Faxinal no Estado do Paraná**



Fonte: Tsukamoto; Asari (2013). Projeto de pesquisa “Permanência/resistência e a ação do Estado: o produtor familiar da MRG de Faxinal-PR”.

Quanto à formação territorial, a MRG Faxinal teve seus municípios emancipados entre as décadas de 1950 e 1960, acompanhando a ocupação do norte paranaense como um todo, cuja ocupação efetiva de suas terras ocorreu a partir do século XX, período em que houve uma expansão acelerada e extensiva da fronteira agrícola na região, tendo a atividade cafeeira como o motor desse dinamismo. Observe-se que estudos realizados por Westphalen et al. (1988), Padis (1981), Ipardes (2007), entre outros, destacam que essa região representava o prolongamento da economia cafeeira paulista, que se estendeu pelos férteis solos dessa área ainda não ocupada nos moldes capitalistas.

Os municípios, alvo de nossa pesquisa, foram objeto dos empreendimentos a seguir: Companhia de Terras Norte do Paraná (de capital inglês), Colonizadora Rio Bom (de capital gaúcho) e do Governo do Estado. Portanto, configura-se uma

colonização dirigida, de capital privado e estatal, nacional e internacional, os quais parcelaram as glebas em lotes de até trinta hectares, atraindo o interesse de proprietários e trabalhadores, constituindo-se numa intensa e acelerada “onda” de povoamento.

Em relação à economia, a produção agropecuária representa 32,7%, superior, portanto à produção industrial, que é de 26,3%, percentuais esses baseados na evolução do valor adicionado por setor no período 1999-2004 (IPARDES, 2007).

É esse setor que representa mais de 30%, que será destacado; há predominância de lavouras temporárias, com 71% do total de estabelecimentos, ocupando 33% da área total do município. Outro componente importante é a pecuária que ocupa 25% dos estabelecimentos e 22% da área utilizada.

Além disso, é relevante acrescentar que mais da metade dos estabelecimentos dos municípios componentes da MRG da Faxinal estão inseridos na agricultura familiar, todos com percentuais acima de 50% (por exemplo, Kaloré possui 91% de estabelecimentos da agricultura familiar, Borrazópolis e Rio Bom, com 82% e 84%, respectivamente), evidenciando a importância desse segmento na economia e também na fixação da população no campo.

Feita essa breve contextualização da área em foco, apresentamos a seguir, os resultados da pesquisa empírica realizada com agricultores familiares.

Foram entrevistados 36 agricultores familiares, distribuídos nos municípios da microrregião geográfica de Faxinal, com uma média de seis por município.

O número de pessoas por família é reduzido, equivalendo-se aos da área urbana, pois é de 4,2 pessoas por família. Dessas, 16% recebem a aposentadoria rural. Os jovens de 16 a 30 anos correspondem a 27%. São esses os atores deste artigo. Os adultos na faixa etária de 31 a 55 anos representam a maioria com 41%, e aqueles com idades inferiores a 15 anos, 16%.

Notou-se que todos os que possuem requisitos para serem beneficiados com a aposentadoria rural têm tido acesso, seja pela mobilização familiar, pela divulgação desse benefício, seja pela atuação dos sindicatos da categoria, que têm feito o encaminhamento das solicitações.

Ressalta-se, também, que a população brasileira tem apresentado resultados significativos quanto à expectativa de vida ao nascer, pois, se nos anos 1900, essa

era de 33,7 anos, em 2005 alcançou os 72,1 anos (IBGE, 2012), número este que evidencia a melhoria das condições de vida, representada por uma alimentação mais nutritiva e balanceada, por acesso a serviços médico-hospitalares, educação, infraestrutura, habitações adequadas, emprego e renda, dentre os pré-requisitos para o aumento da longevidade.

Verificou-se ainda que os potenciais beneficiários se utilizam dos serviços oferecidos pelo Sindicato Rural para dar entrada nos documentos necessários para a concessão do benefício, ressaltando-se o papel importante exercido por esse sindicato, pois são ainda ofertados serviços de consulta médica e atendimento odontológico para os associados e seus dependentes, com menos burocracia e menor tempo de espera para os procedimentos iniciais na área da saúde.

No que se refere ao uso do benefício, este é utilizado para a manutenção da casa e da propriedade, para a aquisição de alimentos, medicamentos, pois é uma fonte de renda que não depende, por exemplo, das condições climáticas, dos preços de venda dos produtos, mostrando-se uma fonte confiável na renda familiar. Os entrevistados consideram que o recebimento dessa remuneração tem sido muito importante para a família, porém ressaltam que deveria haver um aumento no seu valor, pois já deram a sua contribuição para o sistema produtivo.

Assim, o benefício, de recebimento regular e sem atrasos, sugere, como colocam Camarano e El Ghaouri (1999), uma redução na dependência. Segundo a pesquisa realizada pelos autores citados, evidencia-se uma inversão na direção da dependência, pois se observou que as famílias que contam com idosos estão em melhores condições econômicas do que as demais. Por isso, reconhece-se a importância dos benefícios previdenciários, que tem o papel de um seguro de renda vitalício. Também, significa a única fonte de renda das famílias que têm, no idoso recebedor do benefício, a segurança de recebimento em moeda durante todos os meses do ano.

Na análise do benefício recebido pelos idosos do meio rural nas unidades de produção familiar, constatou-se que esse benefício auxilia na manutenção e fixação das famílias no campo, assim como possibilita a sua inserção no grupo social/familiar.

Dessa forma, o idoso, o aposentado rural é valorizado por seus filhos, netos e agregados, pois é detentor de uma renda monetária “segura” e vitalícia, que o torna

importante contribuinte da renda familiar, portanto, age como um provedor. Assim, essa ação governamental também pode ter sido uma das formas de promover a permanência da população no campo, propiciando condições aos idosos de continuarem no seu local de origem, que se constitui no território por eles construído.

Ao mesmo tempo, o aposentado, o idoso tem suas raízes no campo e encontra dificuldades para se adaptar ao meio urbano. Em nossas pesquisas, deparamo-nos com famílias que se transferiram para a cidade, mas retornam à propriedade todas as semanas, seja para cuidar das criações, da horta ou então para fazer a manutenção da habitação que ficou a cargo de um dos filhos. São dos idosos as afirmações que remetem à *“tranqüilidade, sossego”*<sup>4</sup> ou, então, que *“na cidade fico sufocado, me sinto prisioneiro”, “não tenho liberdade”*.

Outro ponto a ser abordado refere-se à trajetória de vida dos entrevistados. São poucos os casos de famílias que vieram de outros locais, a grande maioria nasceu na região. Verificou-se que entre os filhos dos entrevistados, 61% mudaram-se para as áreas urbanas, 6% para outra propriedade rural e 34% não possuem membros da família que saíram do campo. Os motivos para a saída vão desde o trabalho (50%), casamento (30%) até os estudos (17%).

Alguns depoimentos melhor descrevem a situação:

*“Tenho três filhos, um é caminhoneiro, outro é policial e o outro é conferente de commodities”*

*“Um filho saiu com 19 anos, hoje está com 29 anos e trabalha em Curitiba”.*

*Dos cinco filhos, três saíram porque casaram e são donas de casa e um trabalha em fábrica de móveis”.*

*“Uma filha saiu para estudar e trabalhar; hoje é dona de casa; saiu com 17 anos e hoje está com 27 anos”.*

Verificou-se que, na maioria dos casos, o jovem se dirige para a cidade com o objetivo de estudar e lá chegando se insere no mercado de trabalho, não retornando ao campo. Em outros casos, o casamento é a causa da mudança, permanecendo no

---

<sup>4</sup> Os depoimentos dos entrevistados são apresentados, neste artigo, entre aspas e em itálico.

campo ou então passando a residir na área urbana.

Outro questionamento foi sobre a satisfação ou não com a vida no campo. Todos os entrevistados responderam afirmativamente, listando as razões para tal postura, as quais vão desde o fato de gostar do local, pois lá vivem desde crianças (44%), à tranquilidade (22%), quando comparada à vida estressante das cidades, até ao fato de ter uma atividade que lhes dá condições de sobrevivência (25%). Apenas duas respostas citaram os programas do governo e a proximidade da cidade como uma motivação para viver no campo.

Apresentamos, a seguir, algumas “falas” dos entrevistados que retratam as razões por que estão satisfeitos em residir/trabalhar na área rural.

*“Porque me sinto importante, tendo o próprio alimento e alimentando outros”.*

*“Porque é mais sossegado, tenho pouco estudo e consigo trabalhar, na cidade é mais difícil”.*

*“Já foi mais difícil, não tinha programas, o programa mantém a vida no campo”.*

*“Sou feliz no campo, não ganho muito, mas gosto, não tenho patrão, trabalho para mim”.*

*“É o que sei fazer, que aprendi, que sei fazer bem feito”.*

Outra questão semelhante, mas que foi respondida de forma diversa, solicitava a opinião do entrevistado sobre “o viver” na área rural. Dos 36 entrevistados, 17% não responderam. Dos que responderam, tivemos uma lista de 47 razões para viver na área rural, sendo 87% favoráveis e 13% desfavoráveis, isto é, apresentaram razões que dificultam viver na área rural.

Dentre as opiniões desfavoráveis têm-se:

*“A lavoura não dá para sobreviver, a semente é muito cara, há problemas na venda e na produtividade”.*

*“Quem tem jovem precisa procurar a cidade, o jovem não gosta do campo porque na cidade a renda é regular”.*

Das 41 opiniões favoráveis, 54% citaram a tranquilidade, o sossego do campo e 15% cada, a liberdade, os vizinhos e amizades, e o fato de possuir terras para plantar. Com 2,5% cada, foram citados: a dificuldade em trabalhar na cidade pela falta de estudos e assim permanecem no campo e o apoio que os programas do governo estão propiciando ao agricultor, seja no financiamento, seja na comercialização da produção.

Transcrevemos algumas “falas” que melhor ilustram esses fatos.

*“Tenho uma vida mais saudável, ar puro, certeza de onde vem o alimento, tranqüilidade”.*

*“Tenho terra para plantar, crio animais, posso plantar o necessário para a minha família”*

*“Melhor que a cidade, tenho vivência com a vizinhança”.*

*“É mais fácil educar os filhos, tenho sossego, durmo de janela aberta”.*

Indagou-se sobre a perspectiva de os filhos e netos continuarem no campo, e as respostas surpreenderam, pois 53% afirmaram que ficarão no campo, 30% não e 17% não sabem qual será o futuro de seus descendentes. Dos que responderam afirmativamente, 55% justificaram afirmando gostar do trabalho no campo e sempre labutaram na propriedade; os demais apresentaram razões variadas como a tranquilidade, a não adaptação às ocupações urbanas, a proximidade da cidade, a construção da casa rural, por possuir a terra e que os recursos do governo estavam auxiliando na sua fixação na área rural.

Os que consideram que os seus descendentes não permanecerão, acreditam que os jovens têm preferência pelo trabalho na cidade, pelo registro em carteira profissional (36%) e os demais como: pouca renda, trabalho cansativo, por que não gostam da lavoura, por que estão estudando e que casando, esses jovens optarão pela cidade.

Os depoimentos a seguir explicitam melhor os fatos relatados:

*“Permanecerei no campo porque não me adaptei a trabalhar como assalariado e acho que consigo ganhar mais e trabalhar menos”*

*“Os recursos podem segurar a vida no campo”.*

*“Acho que eles vão permanecer porque eles demonstram gostar do campo”*

*“Acho muito difícil permanecerem, pois é mais difícil manter e os filhos gostam mais da cidade”.*

*“Não permanecerão no campo para trabalhar e sim por lazer; é cansativo e ganha muito pouco”.*

Por fim, indagou-se sobre as ações que deveriam ser implementadas para que o campo se tornasse mais atrativo para os jovens. A tabela 01 detalha melhor as sugestões apresentadas.

O percentual mais significativo sugere que deveria haver incentivo maior por parte do Estado (30%), seja com a continuidade e melhoria de programas como o PRONAF, PAA, PNAE, seja com cursos que subsidiem a melhoria dos tratos agrícolas, que valorizem a figura do agricultor familiar e conseqüentemente ocorreria uma melhoria na renda. Os preços para venda deveriam valorizar o trabalho desenvolvido, assim como a assistência técnica e uma infraestrutura adequada (estradas, por exemplo), auxiliariam na retenção dos jovens no campo.

**Tabela 01 – Sugestões para tornar o campo mais atrativo.**

Sugestões	Nº	%
Incentivo do governo	16	30,8
Melhoria da renda	10	19,2
Cursos para trabalhar a terra	06	11,5
Melhoria da infraestrutura	06	11,5
Valorização da produção	04	7,7
Assistência técnica	03	5,8
Outros	05	9,7
Não respondeu	02	3,8
Total	52	100,0

Fonte: Pesquisa *in loco*. 2014.

Algumas “falas”, que se seguem, qualificam estes dados:

*“Acho que o governo deveria investir em cursos para trabalhar a terra, acho que os jovens têm interesse no campo. Das filhas, uma quer ficar no campo e a outra mais jovem quer fazer faculdade”.*

*“O governo deveria incentivar os jovens na lavoura; muitos projetos do governo não chegam ao produtor. Haverá uma geração para trabalhar na área rural. Na outra geração não ficará ninguém na roça.”*

*“Deveria ter incentivo, políticas públicas, a pessoa acreditar e ter fé no campo”*

*‘Disponibilizar financeiramente, prolongar o pagamento dos financiamentos, moradia, mais investimento para a agricultura e mais prazo.’*

*“Os jovens de hoje não querem trabalhar com a lavoura, serviço braçal, preferem trabalhar na cidade; mais tranquilo”.*

*“Melhorias, oportunidades de subir na vida, menos burocracia, menos juros, investimentos na área rural”.*

No que se refere às políticas públicas, citadas por alguns entrevistados, ao relacionar o total de aposentados e o acesso ao PRONAF e PAA, verificou-se que 14 famílias do total de 36 entrevistadas (39%) contam com aposentados. Note-se ainda que dos oito produtores que não acessam o PRONAF, 50% contam com aposentados entre seus familiares. No caso do PAA, os cinco produtores que não participam do programa não contam com aposentados em suas famílias. Os dados coletados nos levam a fazer algumas reflexões acerca desses fatos, pois a garantia do recebimento mensal do benefício pode ter interferido no não uso do financiamento, por *“não ter interesse no PRONAF”*, ou porque *“tem vontade, mas não foi atrás”* ou por que *“não houve necessidade de entrar o programa”*. Também, foram relatados casos de financiamentos de insumos por parte de cooperativas da região, que têm aliado a prestação de assistência técnica à demonstração e venda de produtos para o desenvolvimento da lavoura.

Em relação ao PAA e aos aposentados, 14 (39%) dos produtores têm entre seus familiares, beneficiários da Previdência Social. Esses dados podem evidenciar um maior nível de informação e a atuação dos agentes (técnicos da Emater, funcionários da Secretaria Municipal de Agricultura, do Sindicato Rural) na divulgação e na concretização do recebimento dos benefícios a que têm direito os idosos do campo.

Em relação aos incentivos estatais, o PRONAF foi acessado por 78% dos

produtores entrevistados, sendo 42% na modalidade investimento e 78% na de custeio, isto é, financiou a “lavoura” com insumos e sementes. Na modalidade investimento, os recursos foram utilizados na aquisição de equipamentos para a irrigação, trator, veículo, bomba para pulverizador, construção de barracão, de estufa, de terreiro para café.

No tocante ao PAA, os produtos entregues às instituições referem-se àqueles que exigem processamento/beneficiamento, a exemplo do queijo, pão (e derivados), doces, polpa, mel, pasta de alho e os que são entregues *in natura* como as verduras, legumes, carne bovina, frango.

Quanto aos impactos dos programas sobre os produtores rurais, os relatos colocam em relevo os juros mais baixos em relação aos do mercado, a “certeza” de que a produção será comercializada com representantes dos programas, enfim, haverá uma renda complementar que auxiliará na melhoria das condições de vida. Ademais, os que recebem os alimentos serão beneficiados com produtos da região, ao mesmo tempo em que o quadro de insegurança alimentar estará minimizado, visto que os alunos das escolas e creches, os internos em hospitais e asilos terão a garantia de alimentos saudáveis, como tem sido garantido pela ação dos nutricionistas e demais funcionários encarregados de receber os produtos.

### **À guisa de considerações finais**

Destacamos, neste artigo, dois tempos de vida: o idoso, o aposentado, que já contribuiu para o processo produtivo e tem uma renda mensal assegurada, e o jovem, ainda estudante, ou que já auxilia nas lides do campo e que vivencia as benesses que o núcleo urbano pode lhe oferecer, tais como as oportunidades de lazer, uma renda fixa decorrente de uma ocupação com registro em carteira profissional, a não dependência dos recursos da natureza e uma maior valorização como indivíduo.

Consideramos que o aposentado/idoso permanecerá no campo, pois além de usufruir do benefício decorrente de seus anos de trabalho, pode contribuir com sua experiência nos trabalhos da lavoura e da criação, além de se sentir mais confortável num lugar onde sempre viveu e trabalhou. A indagação que perpassa nas mentes de agricultores que hoje são os chefes de família (são 41% dos

entrevistados) é a questão da continuidade de suas atividades, como destacou um dos entrevistados: “*nesta geração ainda temos quem trabalhe na lavoura, mas não garanto que teremos quem nos substitua*”.

Quanto ao jovem, verificou-se que mais de 50% deverão permanecer no campo, pelas oportunidades que estão surgindo para a melhoria da renda e das condições de sobrevivência, pela valorização do trabalho no campo, pelos incentivos do Estado com a implementação de programas que financiam e auxiliam na comercialização dos produtos.

À vista dessas considerações, vislumbramos um quadro de possibilidades, desde que se invista na educação do e para os trabalhadores do campo, na valorização do produtor familiar, na melhoria da mobilidade (estradas adequadas para o escoamento da produção e para o acesso às propriedades), na implementação, divulgação e consolidação de programas que contemplem o financiamento e a comercialização dos produtos, na efetivação de uma política agrária que atinja todos os segmentos do setor produtivo e que haja um cenário de bem-estar proporcionado por uma melhoria da renda e por condições de sobrevivência dignas.

## Referências

ASARI, A.Y.; TSUKAMOTO, R.Y. Aposentado rural nas unidades de produção familiar: provedor ou dependente? In: **Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos-AGB**: Belo Horizonte, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Grupo Temático da Juventude Rural. **Relatório Final**. Brasília: MDA, 2011.

CAMARANO, A.A. et al. Como vive o idoso brasileiro? in: CAMARANO, A.A. (org.). **Muito além dos 60**. Os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CAMARANO, A.A.; EL GHAOURI, S.K. Idosos brasileiros: que dependência é essa?

CAMARANO, A.A. (org.). **Muito além dos 60**. Os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

DELGADO, G.C.; CARDOSO JR, J.C. O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização. In: CAMARANO, A.A. (org.). **Muito além dos 60**. Os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

FAO. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 1992

IPARDES. **Diagnóstico socioeconômico do Território Vale do Ivaí**. Estado do Paraná. Curitiba: IparDES, 2007.

IBGE. **A dinâmica demográfica brasileira e os impactos nas políticas públicas**. [www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic.../com\\_din.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic.../com_din.pdf) Acesso em 01/07/2012

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário**. 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

PADIS, P.C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo/Curitiba: Hucitec/Secretaria de Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1981.

SANTOS, G.A.; LOPES, A.; NERI, A.L. Escolaridade, raça e etnia. in: NERI, A.L. (org.). **Idosos no Brasil**. Vivências, desafios e expectativas na Terceira Idade. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo/ Edições SESC, 2007.

TSUKAMOTO, R.Y.; ASARI, A.Y. **Projeto de pesquisa “Permanência/resistência e ação do Estado: o produtor familiar da MRG de Faxinal-PR”**, 2013.

VENTURI, G.; BOKANY, V. A velhice no Brasil: contrastes entre o vivido e o imaginário. in: NERI, A.L. (org.). **Idosos no Brasil**. Vivências, desafios e expectativas na Terceira Idade. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo/ Edições SESC, 2007.

WESTPHALEN, C.M. et al. **Ocupação do Paraná**. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios. 1988 (serie Cadernos de Migração, v.3).

**Recebido em Junho de 2015.**

**Publicado em Setembro de 2015.**